

## PARTE I – DIREITO CONSTITUCIONAL

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL EXCLUSIVA  
DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA PARA NOVO PEDIDO DE REVISÃO DE SENTENÇA PENAL  
O REFERENDO SOBRE OS PODERES PRESIDENCIAIS  
E A CONSTITUIÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
A INVOCAÇÃO “PROCESSUALMENTE ADEQUADA” DA INCONSTITUCIONALIDADE  
NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO CONCRETA  
DEMOCRACIA, PARTIDOS POLÍTICOS E ESTADO DE DIREITO NA GUINÉ-BISSAU:  
REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA POLÍTICO-CONSTITUCIONAL  
RELIGIÃO E ESTADO DE DIREITO – UMA VISÃO PANORÂMICA  
A LEI Nº 52-A/2005 E OS DIREITOS DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS  
DE “GOVERNO PRÓPRIO” DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

## PARTE II – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A PASSAGEM DO NAVIO “BORNDIEP” PELO MAR TERRITORIAL PORTUGUÊS  
E O DIREITO INTERNACIONAL DO MAR  
A FEITURA DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM PORTUGAL  
OS ANEXOS TÉCNICOS À CONVENÇÃO DE CHICAGO DE 1944  
E A ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

## PARTE III – DIREITO ADMINISTRATIVO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA FUTURA CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA: NOVOS HORIZONTES  
A AUTONOMIA CREDITÍCIA DAS AUTARQUIAS LOCAIS: CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E LIMITES  
O REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA  
PESSOAS COLECTIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA

OBRAS JURÍDICAS DO AUTOR

ISBN 972-40-2922-0



9 789724 029221

# Resumo de Novísimos Estudos De Direito Público Direito Constitucional; Direito Internacional Público; Direito

Nota Prévia A presente publicação reúne os meus mais recentes estudos de Direito Público, na sua maioria pareceres, mas também com a inclusão de algumas conferências e escritos de outra natureza, assim se abrangendo os sectores do Direito em que mais tenho trabalhado, não obstante o manifesto artificialismo, demais a mais agora na Pós-Modernidade Jurídica, das respectivas linhas de fronteira: o Direito Constitucional, o Direito Internacional Público e o Direito Administrativo.

E minha profunda convicção ser muito útil que cada profissional, no âmbito do seu domínio específico, periodicamente se submeta ao juízo da crítica. E haveria melhor espaço para a discussão do que a própria comunidade jurídica, no seu pluralismo ideológico, institucional e cultural, bem acima da estreiteza de alguns espaços fechados, para os quais o acesso ou a progressão se faz em nome de certas obediências, mesmo quando se proclama com voz alta e forte a liberdade do espírito?

Estou em crer que não. Parte I Direito Constitucional Parte II Direito Internacional Público Parte III Direito Administrativo

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)